

## Previdência é a 'regra de ouro', diz Marun

Por Andrea Jubé e Cristiane Bonfanti | De Brasília

Há quase um mês no comando da articulação política, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, disse ao Valor que a "regra de ouro" hoje é a reforma da Previdência. "Qualquer outra regra deixou de ser de ouro e passou a ser de prata ou de bronze", afirmou, ressaltando que a discussão pode ser retomada no momento do envio da lei orçamentária de 2019 ao Congresso.

Alçado ao cargo com o apoio do MDB e do Centrão, Marun assumiu com a missão prioritária de aprovar as novas regras previdenciárias. "Como discutir a regra de ouro no momento em que estamos jogando a final da Copa do Mundo, que é a reforma da Previdência?", questionou. "Eu não nego que, se não conseguirmos [aprovar a reforma], vou me sentir pessoalmente derrotado", reconheceu.

Ele considera "extemporânea" a discussão sobre flexibilizar a "regra de ouro", que proíbe a emissão de dívida para o pagamento de despesas correntes, como salários.

Na segunda-feira, após se reunir com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o presidente Michel Temer orientou a equipe econômica a não revisar ou

suspender pura e simplesmente essa norma.

Segundo o ministro, houve um entendimento equivocado de quem se manifestou sobre o tema. "A regra de ouro vai causar problemas para o governo Temer? Não, a regra não nos atinge", acrescentou, alegando que em 2018 o governo tem condições de cumprir a regra. Para o ministro, houve um "erro de comunicação" sobre a possibilidade de o governo sair da linha do marco de responsabilidade na área econômica.

Ele reconheceu, entretanto, que em algum momento o governo terá de abordar o tema, uma vez que a proposta orçamentária de 2019, que seguirá para o Legislativo em agosto, terá de equacionar esse problema.

"Em agosto, tem de ser enviado um Orçamento para 2019, até lá tem muita água para correr debaixo dessa ponte", argumentou. "Temos aí nesse meio tempo uma aprovação da reforma da Previdência e uma análise do país frente a esse novo cenário".

A equipe econômica reconhece que, se nada for feito, em 2019 a "regra de ouro" não poderá ser cumprida porque nem o teto dos gastos públicos nem a eventual aprovação da reforma previdenciária resolvem o problema.

A prioridade é aprovar a reforma,

sobretudo num cenário em que, segundo Marun, o governo conseguiu ultrapassar o clima de pessimismo que havia se instaurado em relação à proposta.

Ele adianta que na próxima semana, o relator da matéria, deputado Arthur Maia (PPS-BA), volta a Brasília para retomar as reuniões com aliados sobre o relatório final.

Marun diz que o texto da reforma não está fechado e pode sofrer alterações, como concessões aos agentes penitenciários. Ressalta, entretanto, que os pilares da reforma estão postos: idade mínima e fim dos privilégios.

Segundo o ministro, há brechas para flexibilizações. Há pleitos que estão sendo analisados, como a reivindicação dos agentes penitenciários de que sejam contemplados com uma idade mínima para aposentadoria reduzida para 55 anos - prerrogativa prevista para policiais e pessoas submetidas a condições de trabalho prejudiciais à saúde. "Considero justo equiparar agentes penitenciários a policiais, o que for feito por policiais fazer pelos agentes penitenciários", declarou.

Contudo, sobre a reivindicação de servidores que entraram na carreira antes de 2003 para obterem uma regra de transição diferenciada, o ministro aponta outro cenário. "Já





é um assunto bem mais complicado, mas também temos esse tipo de problema".

Ele adverte que o governo não fará flexibilizações que demandem uma nova reforma em cinco anos. "O objetivo é que as mudanças prevaleçam por dez anos, quando a lei do teto de gastos será revista".

Ele reafirma a contabilidade estimada de 260 votos seguros a favor da proposta, com um saldo de 100 indecisos a serem conquistados. Na visão do ministro, com a superação da onda negativa e a predisposição da sociedade para discutir o tema, o governo teria chance de convencer os reticentes a avalizarem a reforma.

Sobre a reforma ministerial em andamento, Marun descarta que possa tumultuar a articulação pela aprovação da proposta.

"Não serão substituições traumáticas", define. "Até abril teremos alguns ministros que vão tomar essa decisão e nos comunicar a vontade de deixar o governo".

Segundo Marun, as próximas mudanças no comando dos ministérios são parte de um processo

de desincompatibilização para disputar as eleições. "Serão substituições nas quais o governo vai avaliar nomes, mas nas quais o presidente Temer tem um reconhecimento do trabalho realizado pelos ministros que estarão saindo e pelos partidos que eles representam", argumentou. "Então, a tendência é que as composições se façam sendo ouvidos os partidos e até os ministros que deixam a função."

Marun reconhece que duas mudanças foram relevantes no governo para a recomposição da base no tocante às negociações para a votação da proposta: a sua posse em dezembro e a do novo titular das Cidades, Alexandre Baldy, em novembro. Ambos sucederam a representantes do PSDB nos cargos.

"[Essas posses] tiveram um viés de mudança, tanto é que os titulares não são filiados ao partido daqueles ministros que deixaram a pasta", admitiu. Ele é filiado ao MDB e também obteve o apoio do Centrão. De igual forma, Baldy foi alçado ao cargo com apoio do PP, do DEM, do Centrão e do MDB.

Apontado pelos aliados como um político de perfil "conciliador", Marun

afirma que tem o respeito até da oposição e buscaria votos lá, se houvesse abertura.

"Claro que pelas minhas posições tenho apoio consistente na base do governo, mas tenho respeito da oposição. Nos momentos em que se estabelece o contraditório, não sou desleal, não sou mentiroso, não sou de traquinagens, sou adversário leal".

Marun chegou a ser comparado, inclusive pelo porte físico, a grandes articuladores políticos dos governos passados, como Sérgio Motta e Roberto Cardoso Alves, o "Robertão", respectivamente dos governos Fernando Henrique e José Sarney. Com virtudes, como o estilo incisivo, e senões, como o viés fisiológico.

"Não sei se sou tão bem articulado, mas eu não entendo que a boa luta é que motiva a base". Sobre as comparações, diz que se reportam a pessoas que em um determinado momento prestaram serviços para os seus governos. E no mais, atribui a ciúmes de algum aliado. "Ciúmes de homem é coisa triste, mas a gente avança assim mesmo", avisa.

## Temer sanciona com vetos Refis do Funrural

*Presidente barra redução de 100% na multa, mas mantém desconto de juros*

Manoel Ventura e Leticia Fernandes

-Brasília- O presidente Michel Temer sancionou ontem, com vetos, o projeto de lei que permite a produtores rurais parcelar seus débitos com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) em até 15 anos. Ao todo, o presidente vetou 24 dispositivos do texto aprovado em dezembro pelo Congresso, sob recomendação dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Temer barrou a redução de 100% nas multas, mas manteve o desconto integral nos juros.

O presidente vetou o dispositivo que reduzia a alíquota de contribuição para os empreendimentos rurais e manteve os atuais 2,5% — a proposta do Congresso era para diminuir a alíquota a 1,7%. Mas o texto reduz de forma permanente a contribuição do produtor rural pessoa física de 2% para 1,2% da receita bruta.

A nova legislação prevê a quitação de débitos vencidos até 30 de agosto de 2017. A adesão ao programa será aceita até 28 de

fevereiro de 2018. Os produtores rurais pessoas físicas e empresas poderão pagar suas dívidas em 176 parcelas. O produtor rural que aderir ao programa terá de pagar 2,5% da dívida consolidada em até duas parcelas iguais, mensais e sucessivas. O restante poderá ser parcelado em até 176 prestações.

A contribuição ao Funrural incide sobre a receita bruta da comercialização da produção e é paga pelos empregadores para ajudar a custear a aposentadoria dos trabalhadores.

### FOCO NA PREVIDÊNCIA

Incomodado com a repercussão do debate sobre mudanças na regra de ouro — pela qual o governo não pode se endividar para pagar despesas correntes —, Michel Temer se reuniu, ontem, com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Segundo interlocutores do Planalto, a avaliação é que o episódio teria passado a impressão de que o governo já estaria pensando num plano B para o caso de a reforma da Previdência não ser aprovada. O presidente defendeu a unificação do discurso do Planalto com as lideranças da base, sem que outros temas "atrapalhem" a pauta.

## Urgência da hora

A história fiscal do país foi quebrada em 2014 com a entrada na era dos déficits altos e crescentes. A série do Banco Central, iniciada em 1991, mostra que no período Dilma-Temer o país entrou numa anomalia tão grande que exige o uso de armas mais poderosas do que os pequenos pacotes de ajuste. Houve uma mudança na natureza da crise, é preciso muito mais ousadia para enfrentá-la.

Durante os 23 anos que vão de 1991 a 2013 o país teve superávit primário em 22 deles e um pequeno déficit de 0,25% do PIB em 1997. Nessa longa temporada de mais de duas décadas, o país incorporou na contabilidade parte da dívida que estava fora das estatísticas e assumiu os chamados esqueletos. Por isso a dívida aumentou inicialmente. Os superávits permitiram que ela ficasse estável e, depois, caísse. Nos últimos anos, entrou numa escalada que atingiu níveis perigosos. Este é o quinto ano de déficit.

Estão projetados resultados negativos para os próximos dois. Serão, então, sete anos de vermelho nas contas. O gráfico abaixo ilustra a mudança radical que houve. Descontrole desse tamanho só aparece nas contas dos países atingidos pelas crises bancárias de 2008, como Espanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Portugal. Aqui não

houve crise bancária, apenas uma calamitosa administração econômica nos anos Dilma, cujos erros o atual governo não conseguiu reverter e, às vezes, repete.

O ano de 2019 é o ponto que não se pode ultrapassar. Há uma barreira no caminho chamada "regra de ouro". Ela foi pensada exatamente para ser parada obrigatória. Suspendê-la no momento da crise é um erro. Mesmo que o governo queira cercar a decisão com outras propostas. O fato de haver essa pedra no caminho serve para mostrar que o país tem que olhar mais profundamente o que fazer para superar a crise fiscal.

Medidas como contingenciar, cortar investimentos, limitar as viagens, aumentar IOF, elevar a alíquota de alguns produtos, mudar a época da cobrança de impostos, tudo já se esgotou. Foram úteis quando o que se precisava era menor.

Agora é preciso uma proposta ampla para reformular completamente o gasto público. Por isso, o governo, em vez de propor a quebra de uma regra disciplinadora, tem que fazer a coisa certa e propor uma radical mudança no Orçamento e na estrutura dos gastos públicos.

Um país que precisa de um ajuste

de 2% do PIB, entre R\$ 180 bilhões a R\$ 200 bilhões, não pode dar 4% do PIB para empresários. O Banco Mundial recentemente mostrou que as transferências para o capital saíram de 3% para 4,5% de 2003 a 2015. O dinheiro vai para empresas na Zona Franca de Manaus, para a indústria automobilística, para setores que foram desonerados, para empresas que entraram na lista ampliada do Simples. Alguns subsídios mais absurdos, como o PSI, foram cortados, mas os que permanecem são gigantes.

A reforma da Previdência é indispensável. Mas a proposta foi sendo modificada para ser aceita pelos mais diversos lobbies, principalmente de setores do funcionalismo. O governo capitulou logo no início diante da pressão dos militares. A Previdência brasileira como está não se aguenta em pé. As despesas com o pagamento de pensões e aposentadorias cresce a cada ano de R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões. Isso é equivalente a tudo o que o governo investiu no ano passado.

Um país cujo governo só tem como mexer em 8% do Orçamento precisa ter a ousadia de mudar leis, alterar a Constituição e mudar radicalmente a forma de distribuir o dinheiro coletivo. Essa não é uma crise fiscal a mais. É a maior.

## Disputa de espaço

A disputa entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para ver quem é o mais importante agregador político e, por consequência, candidato a presidente da República, é uma briga de cachorro grande que não é boa para o governo.

O erro deles é não perceber que um candidato do governo só tem chance se a economia melhorar, e se esta briga atrapalhar a aprovação de reformas, sobretudo a da Previdência, eles não irão a lugar nenhum. É por isso que o ministro da Fazenda não deveria deixar clara sua pretensão de vir a ser candidato, porque nessa divisão dificilmente haverá questão importante, ou mesmo votação, que não sofra interferência dessa disputa política dos dois.

A discussão sobre a tal “regra de ouro” do Orçamento é um exemplo dessa situação. A “regra” prevista na Constituição serve para evitar que o governo aumente sua dívida para pagar despesas correntes, como folha salarial e serviços de órgãos públicos. O presidente da Câmara se sentiu “traído” quando Meirelles disse que era contra, puro e simplesmente, acabar com a “regra de ouro”, e suspendeu o debate que havia iniciado.

“Não gosto desta proposta. (...) Queremos que a regra seja seguida,

e não suspensa”, argumentou. Meirelles acha que vai ser identificado como o grande líder dessa melhoria da economia, enquanto Rodrigo Maia considera que a aliança política que controla no Congresso se refletirá no apoio à sua candidatura.

Atribui-se a ele a classificação de Henrique Meirelles como um político “análogo”, quando o eleitorado está a exigir um candidato “digital”, antenado com o mundo moderno. A diferença entre o caso atual e a indicação do então ministro da Fazenda Fernando Henrique para ser o candidato do governo na eleição de 1993 é que não havia, no início, uma certeza de que o Plano Real poderia eleger o presidente.

Tanto que o candidato preferido do presidente Itamar Franco era o ministro da Previdência Antônio Britto, ex-porta-voz de Tancredo Neves e que se tornou muito conhecido e com alta credibilidade nos meses que antecederam a morte do presidente eleito que não tomou posse. A incerteza era tamanha que Britto não quis enfrentar o desafio, e Fernando Henrique acabou tornando-se o candidato oficial.

Hoje, existe a previsão, do meu ponto de vista enganosa, de que a melhora da economia será forte a ponto de eleger o candidato do governo. O ministro Meirelles tem gráficos que mostram que por volta

de setembro a sensação de bem-estar da população estará revertida, e a percepção do governo melhorará.

Existem dois problemas para ele: tem que deixar o Ministério da Fazenda em abril se quiser se candidatar, e até lá essa reversão de expectativa não estará realizada. Por outro lado, se a economia tiver condições de eleger um candidato do governo, este será o próprio Temer, se a saúde permitir. Já o presidente da Câmara pode ficar no seu posto, e terá, portanto, mais tempo para articular apoios políticos até as convenções partidárias que escolherão oficialmente os candidatos.

Quem também disputa o apoio dos partidos da base aliada à distância é o governador, e provável candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, que conta com a força da máquina partidária nacional dos tucanos para arregimentar apoios de outros partidos e ter uma presença forte na propaganda de televisão e rádio. A força dos novos meios de comunicação será muito importante na próxima campanha eleitoral, alguns consideram que pode ser até maior do que a das máquinas partidárias.

O candidato Jair Bolsonaro, embora tenha uma máquina partidária fraca, tem a maior participação nas redes sociais entre os candidatos já colocados. Vai ser





a primeira vez que teremos o embate entre as mídias sociais e a força partidária tradicional.

Geraldo Alckmin está tão certo de que as máquinas partidárias serão fundamentais em uma eleição “casada” como a deste ano, em que serão eleitos todos os governadores, a Câmara e 2/3 do Senado, que ontem estimulou a entrada na disputa de vários candidatos do centro, citando inclusive o apresentador Luciano Huck, Rodrigo Maia e Meirelles.

O certo é que a população está querendo mudanças, e a tendência a votar nulo ou branco é imensa, pela descrença nos políticos tradicionais. Se um outsider aparecer com força nas redes sociais, pode acabar chamando para si as máquinas partidárias que estão hoje fragmentadas entre diversos candidatos. Além disso, se o centro se dividir entre várias candidaturas, os extremos, que hoje lideram as pesquisas eleitorais, podem se beneficiar.

## Temer oferece R\$ 10 bi em obras em troca de aprovação da reforma

*Recursos sairiam da própria economia gerada a partir das mudanças na Previdência em 2018*

*Proposta é beneficiar empreendimentos que possam ser concluídos neste ano para atrair votos na eleição*

JULIO WIZIACK e DANIEL CARVALHO - DE BRASÍLIA

O presidente Michel Temer reforçará a munção do ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun (MDB-MS), com até R\$ 10 bilhões para a finalização de obras em redutos eleitorais de quem votar pela reforma da Previdência. Assessores presidenciais afirmam que essa será uma das "armas" de Temer para pressionar o Congresso com a volta do recesso.

O dinheiro sairá da própria economia gerada em 2018 com a aprovação das novas regras da Previdência. Pelos cálculos da equipe econômica, os gastos com benefícios que deixarão de ser feitos

imediatamente após a reforma vão gerar uma sobra de cerca de R\$ 10 bilhões no caixa se a mudança ocorrer ainda em fevereiro.

Ainda segundo os técnicos, quanto mais a reforma demorar a passar, menor será essa economia gerada. Em março, ela cai para cerca de R\$ 7 bilhões e, em abril, para R\$ 4 bilhões.

Desde meados do ano passado, o governo vinha sinalizando com a liberação de recursos do Orçamento para obras em troca de votos pela reforma. Mas as promessas sucumbiram diante da queda de receitas em 2017. Desta vez, a proposta é destinar os recursos da reforma às obras, um dinheiro "carimbado".

Terão prioridade os projetos em andamento que necessitam de pouco dinheiro para serem inauguradas ou entrarem na fase final.

Dentre eles estão a duplicação da serra do Cafezal (Régis Bittencourt),

praticamente concluída; a segunda fase da Linha de Transmissão de Belo Monte; a rodovia BR-163, no Pará, os aeroportos de Vitória (ES) e Macapá (AP), a ponte do Rio Guaíba (RS).

O governo trata essas obras como "de campanha" porque podem gerar votos nos municípios afetados. Na avaliação da equipe política do governo, isso faz diferença no momento em que as verbas de campanha estão travadas pelo Orçamento nos dois fundos destinados às eleições.

No entanto, esse dinheiro só pode ser manobrado até o final de junho. A legislação eleitoral proíbe que o governo destine recursos para obras três meses antes das eleições.

Outra pressão para que os parlamentares votem o quanto antes é a ameaça de um congelamento de despesas previstas no Orçamento deste ano que pode chegar a R\$ 50 bilhões sem a reforma da Previdência.





Neste cenário, as obras — que já vinham sofrendo re-presamento de recursos — poderão ter novo corte, uma herança que os partidos não gostariam de dar àqueles que vencerem as eleições.

#### CAMPANHA

Integrantes da equipe de Temer afirmam que ministros que deixarão o cargo para disputar o governo em seus Estados e outros candidatos a governadores de partidos da base aliada não querem ter de assumir o ônus de, ao vencerem as eleições, fazerem a reforma previdenciária em seu próprio Estado.

Eles preferem que a União aprove a reforma o quanto antes. O texto da reforma da Previdência prevê que os Estados terão até seis meses para implementar suas próprias regras depois de aprovado pelo Congresso. Caso contrário, passa a valer no Estado a regra da União.

Inicialmente, o governo pretendia começar as conversas durante o recesso. Mas Carlos Marun desistiu da ideia de rodar o Brasil para reunir deputados no recesso para convencê-los a votar pela reforma. Para ele, os parlamentares estão "dispersos". Por enquanto, ele diz aos deputados que se a economia avançar, o Brasil melhora como um todo. "Se não aprovarem [a reforma], tudo pode acontecer."

## **Decreto de Temer põe fim a 61 mil cargos**

O presidente Michel Temer, no esforço de passar a imagem que está cumprindo o ajuste fiscal, assinou decreto que extingue 60,9 mil cargos vagos — e os que vierem a vagar — na administração pública federal, autarquias e fundações.

De acordo com o texto, também estão vedados "a abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais" para diversos postos.

**Deixa rolar**

Por ora, o ensaio de emancipação do DEM não preocupa o quartel-general de Geraldo Alckmin. No PSDB, os arroubos presidenciais de Rodrigo Maia são vistos como uma tentativa legítima de os parceiros se posicionarem numa futura e provável aliança.

Aliados do governador paulista enfatizam que as relações entre as duas siglas nunca estiveram tão boas nos bastidores. Alckmin esteve ontem em Brasília e tem estreitado laços com interlocutores democratas, como seu secretário Rodrigo Garcia, muito próximo do xará presidente da Câmara, e o ministro Mendonça Filho (Educação), vice dos sonhos do tucano.

Além disso, os tucanos veem uma utilidade prática na movimentação de Maia: ela serviria para colocar um obstáculo às investidas do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, este sim visto como alguém mais disposto a encarar uma candidatura alternativa à de Alckmin pelo chamado centro político.

Pelo lado do DEM, a ordem é continuar enfunando as velas da candidatura de Maia ao menos até o fim de fevereiro, quando ocorre a convenção partidária, que foi adiada ontem a pedido do próprio Maia. O fôlego para que o partido insista no discurso da

independência em relação aos tucanos vem do fato de Alckmin não ter decolado nas pesquisas, algo que motiva setores do mercado e partidos como PP e SD a colocarem pilha no deputado.

Maia deverá discursar como candidato na convenção. Justamente por isso pediu o adiamento: não quer que sua pretensão política atrapalhe a votação da reforma da Previdência, marcada para 19 de fevereiro.

**NOVADIREÇÃO**

DEM não muda de nome, e ACM Neto assume comando

O Democratas arquivou a ideia de entrar na onda de retrofit que acomete os partidos brasileiros e não vai mais se chamar Mude!. "Se outros partidos enrolados na Lava Jato adotaram esse recurso, não faria sentido fazermos o mesmo, pareceria que estamos tentando nos esconder", explica um dirigente. O martelo também foi batido para que o prefeito de Salvador, ACM Neto, assuma a presidência da legenda.

**"AREIA MOVEDIÇA"**

PT teme sequência de más notícias para Lula

Longe das redes sociais e da mobilização política para o dia 24, petistas temem que Lula seja

tragado por um efeito "areia movediça", com uma sucessão de derrotas judiciais: logo depois do julgamento do TRF-4, acreditam, deve vir a segunda condenação pelo juiz Sérgio Moro, na ação sobre o sítio de Atibaia. E depois a homologação da delação de Antonio Palocci. Essa sequência de derrotas, no entender de aliados e adversários, mina o discurso de que não há provas contra o petista.

**FANTASMA**

Ordem no Planalto é não se indispor com Jefferson

O Planalto reconhece o desgaste com a proibição, pela Justiça, da posse da nova ministra do Trabalho, Cristiane Brasil, mas a ordem é manter a designação. "O último partido que comprou briga com o Roberto Jefferson vimos a confusão que deu", diz um auxiliar presidencial.

**"REGRA DE OURO"**

Ministro levou "pito" por inabilidade política

Michel Temer advertiu o titular do Planejamento, Dyogo Oliveira, pela forma como negociou a revisão da "regra de ouro", que proíbe emissão de dívida para pagar despesas correntes, sem pensar nas consequências políticas às vésperas da votação da reforma da Previdência.

CONJUNTURA »**Decreto extingue 60 mil cargos no governo**

*Boa parte das funções eliminadas é da área administrativa e perdeu utilidade com avanço da tecnologia. Medida não terá efeito imediato, já que a maioria dos postos está vaga, mas proibição de concursos evitará despesas futuras*

» VERABATISTA  
» RODOLFO COSTA

O presidente Michel Temer assinou decreto que extingue 60,9 mil cargos vagos ou que vierem a vagar na administração pública federal direta e indireta. Apesar do número robusto, não há impacto financeiro imediato, porque a maioria dos postos já está desocupada ou mudou de denominação. Eventuais ganhos virão no futuro, uma vez que o decreto, que está publicado na edição de hoje do Diário Oficial da União, proíbe a abertura de concurso público para as funções que eventualmente ainda existam. Caso haja algum processo seletivo em curso, os órgãos responsáveis terão que informar o Ministério do Planejamento até 19 de fevereiro.

A medida estava prevista desde 15 de agosto do ano passado, quando a equipe econômica anunciou um pacote para reduzir os custos com a folha de pagamento da União. Apesar de aparentemente inócua, a iniciativa contribui com o

equilíbrio das contas públicas, de acordo com articuladores do Palácio do Planalto. “É uma medida que pode ajudar a reduzir as despesas”, destacou uma fonte próxima ao chefe do Executivo Federal. A economia para os cofres públicos, no entanto, deve ser notada apenas a médio e a longo prazos, pondera o professor de administração pública José Matias-Pereira, da Universidade de Brasília (UnB). Isso ocorrerá na medida em que servidores ocupantes dos cargos que deixarão de existir se aposentem ou abandonem o posto atual.

Matias-Pereira avalia, porém, que, para manter a máquina pública, muitos desses postos, grande parte de níveis fundamental e médio de escolaridade, serão repostos por terceirizados. “A redução dos gastos pode vir ou porque se terceirizam atividades ou porque já não fazem mais sentido. O importante é que, com a publicação do decreto, fechou-se de vez a possibilidade de ocupação dos cargos”, sustentou. A medida, avalia o professor, veio de forma natural e era esperada, tendo em vista a necessidade de reorganização das contas públicas e de adequação da administração pública ao avanço da tecnologia.

“A maioria dessas vagas foi esvaziada pelo processo de transformação causado pelas novas tecnologias e com as atualizações das carreiras. Estamos vivendo uma fase

de modernização em que muitas das vagas, ligadas principalmente a apoio e suporte, vão ser extintas. Ou seja, o governo está encontrando mecanismos para substituí-las, já que se mostram desnecessárias”, assinalou Matias-Pereira.

O decreto publicado hoje poderá afetar, sobretudo, o chamado “carreirão” — servidores administrativos, que são maioria em todos os órgãos públicos. De acordo com Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), que representa 80% do funcionalismo, o governo precisa esclarecer alguns detalhes da medida.

“Em uma rápida análise, observei que muitos cargos, mesmo estando extintos, ainda abrigam servidores da ativa. O decreto não trata dessa questão. Vamos consultar nosso departamento jurídico para saber quais as implicações disso”, disse Silva. Entre essas funções, ele menciona as de assistente administrativo, auxiliar administrativo, auxiliar de enfermagem, guarda de endemias e agentes de saúde, entre outras.

O Anexo IV do decreto trata especificamente dos técnicos administrativos dos Institutos Federais de Educação (TAE-IFE). Mas diz apenas que não haverá





novos concursos ou “provimento de vagas em quantitativo superior ao estabelecido no edital de abertura do concurso” e que as entidades federais terão que prestar informações ao Planejamento até 19 de fevereiro. “O texto é vago. Tudo isso será avaliado pelos nossos advogados”, afirmou Sérgio Ronaldo da Silva.

Acordo

Para Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das

Carreiras de Estado (Fonacate), “trata-se de uma iniciativa de caráter meramente burocrático”. “Ainda aguardamos ações do Ministério do Planejamento que, de fato, contribuam para a melhoria dos serviços públicos no Brasil”, afirmou. As carreiras de Estado foram as mais atingidas pelo pacote de agosto.

Em 2015, representantes dessas carreiras assinaram com o governo acordo de reajuste salarial em quatro parcelas (5,5%, 6,99%, 6,65% e

6,31%), em 2016, 2017, 2018 e 2019. No ano passado, o governo anunciou que adiará o aumento de 2018 para 2019 e que elevaria a alíquota previdenciária de 11% para 14% dos vencimentos. O assunto foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF). Liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski suspendeu a medida. Com isso, até o julgamento do mérito pelo plenário da corte, o governo não poderá concretizar as alterações.

## Precaução

Governo edita decreto extinguindo cargos, na maioria vagos, de funções em desuso ou de carreiras que têm, agora, outra nomenclatura. Medida faz parte do pacote anunciado pela equipe econômica

### Algumas dessas funções

Datilógrafo, operador de caldeira, vestiarista, mestre de rede (de pesca), seleiro, tratorista, enumerador, escriturário, contínuo, condutor de lancha, digitador, fitotecário, iluminador, impressor

### Número de cargos extintos

**60,9 mil**

de nível fundamental, médio e superior na administração federal direta e indireta

### Objetivo da medida

Evitar elevação de despesas no futuro, com eventual ocupação dessas funções

### Impacto

Não há impacto financeiro

### Situação

Os cargos, na maioria, estão vagos

### Consequência

Impede a abertura de concurso público para esses postos a partir da publicação do decreto

Fonte: Casa Civil da Presidência da República

